



XVI ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

Desafios e Perspectivas da Internacionalização da Construção
São Paulo, 21 a 23 de Setembro de 2016

PRÁTICAS DE ARQUITETURA PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA¹

LACERDA, Danielle Pereira de (1)

(1) UFMG, e-mail: danielleplacerda@gmail.com

RESUMO

Esse artigo é fruto, de pesquisas desenvolvidas pela autora no primeiro semestre de 2015 durante o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Arquitetura e Urbanismo. O objetivo do trabalho foi desenvolver práticas de arquitetura para atender famílias de baixa renda. Partiu-se do princípio que práticas de arquitetura desenvolvidas por escritórios de arquitetura são insuficientes para atender estas famílias, pois são métodos muito passivos onde o cliente deixa parte do processo sob responsabilidade do arquiteto, abstendo-se de certas decisões. No desenvolvimento do trabalho foi feita uma breve revisão bibliográfica da política habitacional no Brasil. Foram analisadas as metodologias de práticas de arquitetura desenvolvidas por escritórios convencionais e O Método, desenvolvido por Rodolfo Livingston. Concluiu-se que, em geral, as práticas de arquitetura são ineficientes para atendimento a famílias de baixa renda e há um afastamento social entre estas famílias e arquitetos. Tenta-se elaborar uma metodologia alternativa à comumente utilizada, onde o cliente sinta-se atendido de maneira satisfatória e interaja mais com o arquiteto. Práticas que consigam fazer com que o cliente sinta-se mais presente e ativo durante o processo.

Palavras-chave: Práticas de arquitetura. Famílias de baixa renda. Política habitacional.

ABSTRACT

This article is the result of research developed by the author in 2015 during the Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) in Architecture and Urbanism. The objective of the study was to develop architecture practices to attend low-income family. Started from the principle that architecture practices developed by architectural offices are insufficient to attend the low-income families, because they are very passive methods where the customer leaves much of the process architect responsibility, abstaining from certain decisions. In developing this work presents a brief literature review of housing policies in Brazil. Analyzed the methodologies architecture practices developed by conventional architectural offices and O Método, developed by Rodolfo Livingston. Conclude that, in general, architecture practices are inefficient for care of low-income families and there is a social separation between low-income families and architects. We try to develop an alternative methodology to commonly used, making the customer feel served satisfactorily, where it interacts more with the architect. Practices they can make the customer feel more present and active in the process.

Keywords: Architecture practices. Low-income families. Housing policies.

¹LACERDA, Danielle Pereira de. Práticas de arquitetura para famílias de baixa renda. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 16., 2016, São Paulo. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2016.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho apresenta uma metodologia de práticas de arquitetura que possam atender de maneira satisfatória famílias de baixa renda².

O desenvolvimento do trabalho apresentará uma breve revisão bibliográfica acerca da política habitacional no Brasil.

Será apresentado o atual processo desenvolvido por escritórios convencionais de arquitetura, e O *Método* de Rodolfo Livingston, com a intenção de mostrar a participação do cliente em cada processo.

Será apresentado o desenvolvimento de uma metodologia para trabalhar com famílias de baixa renda, apontando um roteiro a ser seguido por arquitetos que desejam trabalhar com esse público. Não se apresenta a aplicação da metodologia proposta, ficando como sugestão para trabalhos futuros.

A escolha do tema surgiu a partir de uma inquietação e experiências da autora em escritórios convencionais de arquitetura e urbanismo, e num programa de assistência técnica habitacional e de capacitação de mão de obra, realizado durante a graduação, que buscou prover melhorias habitacionais a famílias de baixa renda, porém demonstrou desafios por falta de metodologia mais direcionada a estas famílias.

Portanto, como principais beneficiários deste trabalho estão famílias de baixa renda e arquitetos interessados em desenvolver projetos de melhorias habitacionais para esse público, para que tenham acesso a uma moradia digna e de qualidade.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No início do século XX, com o começo da industrialização em grandes cidades brasileiras, as fábricas eram construídas longe dos centros urbanos. Em locais sem infraestrutura, principalmente de transporte, "os trabalhadores precisavam morar perto do trabalho, pois não havia transporte para as áreas industriais" (CUNHA; ARRUDA; MEDEIROS, 2007, p.24), sendo assim, começaram a surgir as primeiras vilas operárias, em São Paulo.

Em meados dos anos 30, intensificou-se a urbanização no Brasil, principalmente pela aceleração do êxodo rural, gerada pela substituição do homem pela máquina e a estrutura fundiária concentrada, resultando na falta de terra para a maioria dos trabalhadores rurais. Durante o governo de

² Famílias que recebem de 0 (zero) a 3 (três) salários mínimos, R\$ 0,00 (zero reais) a R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais).

Getúlio Vargas, iniciado em 1930, incentivou-se ainda mais o desenvolvimento do setor industrial no país.

O governo precisou intervir com políticas habitacionais nas cidades, pois as indústrias não se sentiam mais responsáveis para ofertar moradia à população que saía do campo e buscava emprego, salário e melhores condições de vida nas cidades.

As primeiras iniciativas de políticas públicas voltadas à questão habitacional no Brasil são desse período. E além de solucionar um problema urbano gerado pelo crescimento demográfico nas cidades brasileiras e pela falta de moradias populares tentava criar pacto social capaz de possibilitar a manutenção e a sustentação de suas ações políticas junto ao povo.

Em 1964, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), uma empresa pública, ligada ao Ministério do Interior. Criado como resposta à crise de moradia originada pela aceleração da urbanização. O principal objetivo da criação do BNH era viabilizar recursos públicos para a construção e aquisição da casa própria para camadas de menor renda. (FERREIRA, A. 2009)

Por mais de duas décadas foram produzidas cerca de 4,2 milhões de unidades habitacionais (FERREIRA, J. [s.a.]). Porém nem todas destinadas a famílias de baixa renda.

Foi extinto em 1986 e segundo Maricato (1993, apud FERREIRA, J. [s.a.], p.7):

O sistema não resiste à crise inflacionária da década de 80, se desintegra pelos próprios vícios de gestão e apresenta problemas estruturais, tais quais: falta de transparência e autoritarismo; centralização da política; critérios clientelistas na distribuição de recurso/ausência de critérios sociais e técnicos objetivos; desconhecimento da realidade urbana local (conjuntos a grandes distâncias contrariaram o desenvolvimento urbano e alimentaram a especulação fundiária); priorização absoluta do financiamento para novas moradias desprezando programas diversificados; desprezo pela qualidade ambiental, urbanística e desempenho arquitetônico dos projetos, excessivamente padronizados e de baixa qualidade; Má gestão dos conjuntos e inadimplência generalizada.

Os movimentos populares tiveram papel importante na reforma urbana. Com a Constituição de 1988, houve uma autonomia dos municípios na condução das políticas territoriais e habitacionais, embora com repasses de recursos limitados, num contexto econômico de extrema concentração das riquezas e explosão das favelas. (FERREIRA, J.,[s.a.])

Na Constituinte de 1988, 130.000 eleitores subscrevem a Emenda Constitucional de Iniciativa Popular pela Reforma Urbana, e com isso conseguem inserir na Constituição os artigos 181 e 182, que introduzem o princípio da função social da propriedade urbana. Porém, a regulamentação desses artigos só viria a ocorrer 11 anos depois, com a aprovação definitiva do capítulo da reforma urbana da nossa constituição. (FERREIRA, A., 2003, p.3)

A Constituição de 1988 fazia menção à moradia, no seu artigo 23, inciso IX, e declara que compete aos Estados, Distrito Federal e Municípios promoverem programas de construção de moradias, melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. E no artigo 7º, inciso IV, definindo o salário mínimo como "capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação [...]" (BRASIL, 1988, p. 5).

O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), criado em 1998 para organizar o setor de construção civil, tinha como questões principais a melhoria da qualidade do habitat e a modernização produtiva. Vinculado à Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades, o PBQP-H tinha como principais parceiros a Caixa Econômica Federal e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

No Brasil, a moradia é reconhecida como direito social apenas em 2000, por meio da Emenda Constitucional nº 26.

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...] (BRASIL, 2000, p. 5).

Em 2001 foi aprovado o Estatuto da Cidade, um instrumento de grande valor aos municípios.

A Constituição de 1988 obrigou todo município com mais de 20.000 habitantes a ter um plano diretor. Embora fosse um instrumento urbanístico antigo, tal fato o reinseriu na agenda política urbana, ainda mais quando o Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, determinou que as cidades que ainda não têm plano o produzam em 5 anos. Além disso, o Estatuto dá uma importância significativa aos Planos Diretores, ao determinar que seja neles que se faça a regulamentação dos instrumentos urbanísticos propostos. (FERREIRA, A., 2003, p.6)

Através da Lei 11.124/05, foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), com objetivo de:

Implementar investimentos e subsídios advindos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para viabilizar o acesso à moradia digna e sustentável às populações de menor renda. A criação deste sistema colabora para o fortalecimento das políticas públicas de promoção da habitação em todo o país [...] (IAB, 2014, p.12)

Em 2008 foi elaborado o Plano Nacional de Habitação Social (PLANHAB). Que propõe Segundo Bonduki (2009 apud FERREIRA, A., 2009) universalizar o acesso à moradia digna, através de financiamento, subsídio, arranjo institucional, cadeia produtiva e estratégias urbano-fundiárias. O plano previa que para acabar com o déficit habitacional, 2% do orçamento federal deveria ser destinado a habitação durante quinze anos.

Em 2008 foi aprovada a Lei 11.888, Lei da Assistência Técnica. A Lei determina que famílias com renda mensal de até três salários mínimos residentes em área urbana ou rural, têm direito à assistência técnica pública gratuita para o projeto e construção de habitação de interesse social para sua própria moradia (BRASIL, 2008). Essa assistência abrange o acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.

Em 2009 houve um grande crescimento no número de famílias de baixa renda contempladas com novas moradias. Através principalmente do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que tinha como objetivo tornar a moradia acessível a estas famílias, atendendo de formas diferentes um público que recebe de 0 a 10 salários mínimos.

3 PRÁTICAS DE ARQUITETURA

3.1 O atual processo projetual

A formação do arquiteto e urbanista garante a ele atuar em diversas áreas, previstas na Lei Federal 12.378 (2010, p.1):

I – supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica; II – coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação; III – estudo de viabilidade técnica e ambiental; IV – assistência técnica, assessoria e consultoria; V – direção de obras e de serviço técnico; VI – vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem; VII – desempenho de cargo e função técnica; VIII – treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária; IX – desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade; X – elaboração de orçamento; XI – produção e divulgação técnica especializada; e XII – execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.

Estudos que visavam traçar o perfil do profissional arquiteto e urbanista no Brasil, realizados pelo CAU/BR e publicados por BARATTO (2015), podem ser vistos no Quadro 1.

Quadro 1 - Atividades realizadas por arquitetos no Brasil

Atividades realizadas nos últimos dois anos	%
Arquitetura e Urbanismo – Concepção	34,73%
Arquitetura e Urbanismo – Execução	15,88%
Arquitetura de Interiores	14,92%
Serviço Público	5,29%
Planejamento Urbano e Regional	3,99%
Arquitetura Paisagística	3,35%
Instalações e Equipamentos	2,90%
Ensino	2,75%
Sistemas Construtivos e Estruturais	2,11%
Patrimônio Histórico	1,73%
Engenharia de Segurança do Trabalho	0,85%
Outros	12,28%
Total	100%

Fonte: BARATTO (2015)

Constatou-se que 65,53% das atividades desenvolvidas por arquitetos no Brasil são de concepção e execução de projetos de Arquitetura e Urbanismo e de Arquitetura de Interiores, possivelmente realizadas por escritórios convencionais de arquitetura.

O processo projetual desenvolvido por escritórios de arquitetura, que em geral são semelhantes, pode ser caracterizado segundo Nogueira (2010) e a NBR 13531 (ABNT, 1995).

A primeira etapa é o levantamento. Onde são feitas coletas de informações, que incluem dados: físicos, técnicos, legais, jurídicos, sociais, econômicos, e financeiros (ABNT, 1995). Seguido pelo programa de necessidades que consiste na apresentação de uma lista de desejos por parte dos clientes.

A etapa seguinte, estudo de viabilidade, uma "etapa destinada à elaboração de análise e avaliações para seleção e recomendação de alternativas para a concepção da edificação e de seus elementos, instalações e componente" (ABNT, 1995, p. 4). O estudo preliminar, consiste num processo de ideias que se materializa em um desenho a ser apresentado. É nesse momento que o arquiteto tenta vender o seu produto, nele são apresentadas as primeiras ideias do arquiteto, passíveis de alterações.

A partir desse momento, há uma seleção entre os desenhos desenvolvidos no processo de criação e aqueles mostrados para o cliente, "a quem é vetada qualquer participação durante o processo de elaboração propriamente dito" (NOGUEIRA, 2010, p. 37).

Se houver um acordo entre arquiteto e cliente, é elaborado o anteprojeto e/ou pré-execução. Durante essa fase, há a contatação de profissionais para desenvolvimento dos outros projetos necessários, como estrutural, elétrico, hidráulico.

As questões técnicas são resolvidas entre os profissionais, e não costuma-se levá-las aos clientes, nem há esforços específicos para que eles as compreendam (NOGUEIRA, 2010), demonstrando a ausência do cliente em certas decisões.

No projeto legal, os projetos são apresentados para aprovação à prefeitura e/ou outro órgão responsável. Depois de aprovado, a obra poderá iniciar, os desenhos "são de caráter técnico e devem demonstrar apenas a conformidade da solução às diversas legislações urbanas" (NOGUEIRA, 2010, p. 38).

Por questões burocráticas, fica a cargo do arquiteto ou de terceiros as aprovações do projeto nos órgãos responsáveis. E finalmente, depois de aprovado é apresentado o projeto executivo.

É nessa parte do processo que são apresentados os desenhos, mais detalhados, para execução da obra. Para facilitar a troca de informações entre os diversos agentes da construção do objeto arquitetônico, "o projeto executivo torna-se um documento incompreensível para a maioria dos clientes, restrito à interpretação por especialista" (NOGUEIRA, 2010, p.39).

Quando a obra é iniciada, há um acompanhamento do arquiteto, com visitas ocasionais, e nelas o arquiteto esclarece informações sobre o projeto ao longo do processo de construção e pode-se elaborar modificações (NOGUEIRA, 2010).

As etapas definidas e caracterizadas acima, não são padronizadas. Cabe a cada escritório desenvolver sua metodologia de trabalho.

O tempo gasto para cada etapa do processo é relativo, depende do tamanho da obra, da disponibilidade dos clientes em darem retorno ao profissional, além do tempo necessário para a aprovação do projeto nos órgãos responsáveis.

O tempo é um dos maiores obstáculo da profissão, o que impossibilita arquitetos de atender e se dedicar a outras classes sociais, em função do curto espaço de tempo para a elaboração dos projetos. Poucos escritórios se dedicam a atender um público limitado financeiramente, focam em clientes com maior poder aquisitivo. O público alvo normalmente são famílias de classe média, média alta ou alta, onde o arquiteto é visto como um produto de elite.

A prática arquitetônica desenvolvida usualmente mostra-se ineficiente para atender famílias de baixa renda, uma prática onde o cliente não participa

ativamente do processo de produção e desenvolvimento do projeto, menos ainda do processo criativo de suas obras.

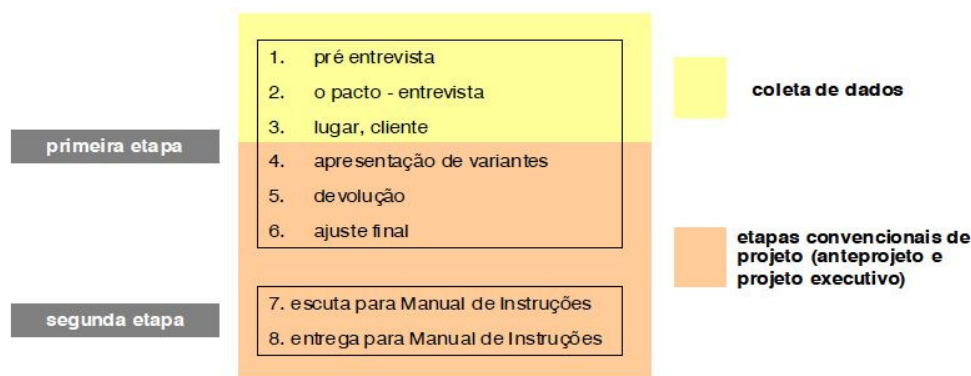
3.2 O Metodo

Desenvolvido pelo arquiteto argentino Rodolfo Livingston, O Metodo é classificado como participativo, pelo fato dos projetos serem desenvolvidos com ampla participação dos usuários na definição das demandas e na escolha de soluções.

O Metodo é formado por oito fases, divididas em duas etapas: "A primeira etapa inclui *Pre-entrevista*, *Premera Entrevista*, *Sitio y Cliente*, *Presentación de Variantes*, *Devolución* e *Ajuste Final*. A segunda inclui a *Escuta* e *Entrega para Manual de Instrucciones*" (NOGUEIRA, 2010, p. 67).

Vale lembrar que o Método, não foi desenvolvido para um público específico e pode ser aplicado em qualquer classe social.

Quadro 2 - O Metodo esquematizado



Fonte: NOGUEIRA (210, p. 67)

A primeira fase é uma *Pre-entrevista* por telefone, onde se explica a forma de trabalho e preço. O arquiteto deve pedir ao cliente desenhos de sua casa ideal, o chamado *Proyecto del Cliente (PC)*, o arquiteto tenta compreender as ideias que o cliente tem para modificar seu espaço. (NOGUEIRA, 2010)

A *Premera Entrevista*, deve acontecer no escritório do arquiteto, para que não haja interrupções durante a conversa, além disso permite ao arquiteto o uso de artifícios que podem auxiliá-lo, como fotos de lugares, de projetos. Nessa fase, o arquiteto deve prestar muita atenção aos relatos, anotar o que for possível e interferir o mínimo.

Na terceira fase, *Sitio y Cliente*, Nogueira (2010, p. 79) explica que:

O arquiteto visita o local, executa as devidas observações e medições e aproveita para tirar possíveis dúvidas, revisando brevemente o conteúdo tratado na entrevista. Os clientes têm a

oportunidade de se manifestar sobre algum detalhe não mencionado antes na Entrevista.

O arquiteto deve fazer um levantamento detalhado de tudo que envolva a casa, a família e o entorno.

Presentación de Variantes, "é a elaboração de opções de projeto" (NOGUEIRA, 2010, p. 80).

Um grande diferencial do *Metodo* é o tipo de desenho utilizado, pois "não existe uma separação entre o que é processual e o que é apresentado aos clientes" (NOGUEIRA, 2010, p. 83). Além disso, os desenhos devem ser elaborados utilizando papéis transparentes, em escala que facilite a medição e entendimento dos próprios clientes e feitos à mão (NOGUEIRA, 2010).

Para que as próximas fases aconteçam, os clientes devem levar os desenhos apresentados para casa e avaliá-los, levando o tempo que julgarem necessário.

Devolución e Ajuste Final, os clientes mostram suas escolhas, propõe novas ideias, caso achem necessárias e o arquiteto desenvolve o projeto final.

Na *Escuta e Entrega para Manual de Instrucciones*, deve-se começar sempre pelos clientes, "será definida a quantidade de informações que o manual deve conter e serão escolhidos tipos de janelas, portas, guardacorpos, fechamentos, revestimentos e cores". (NOGUEIRA, 2010, p. 86). Além de definir o que deve ou não aparecer no Manual:

Detalhamentos específicos, projeto estrutural, de instalações sanitárias e elétricas, quantitativos de materiais, detalhes de marcenaria ou carpintaria e detalhes de banheiros não devem aparecer. [...] Livingston propõe que todas essas informações devem estar no mesmo desenho, para que os impactos das ações de obra sejam avaliados simultaneamente. (NOGUEIRA, 2010, p. 86)

No manual, devem aparecer ainda desenhos como fachada, com propostas de cores, e detalhamentos de elementos que forem necessários. O arquiteto deve ainda gravar um áudio explicativo, para clientes e construtores, nele, ele se imagina percorrendo a casa por três vezes, na primeira ele explica a obra de maneira geral, na segunda ambiente por ambiente, falando sobre cores e iluminação e por último ele passa informações sobre elétrica, hidráulica e outros reparos. (NOGUEIRA, 2010)

4 METODOLOGIA

Durante a pesquisa constatou-se que: "a prática arquitetônica usual se mostra ineficiente para atender [...] as demandas principalmente em virtude do afastamento social existente entre clientes populares e arquitetos" (NOGUEIRA, 2010, p.7).

Depois da análise de metodologias já desenvolvidas, apresenta-se uma metodologia de práticas de arquitetura, alternativa à convencional para o atendimento de famílias de baixa renda.

Se houver um grupo maior de famílias atendidas, haverá consequentemente mais profissionais envolvidos, e aconselha-se o desenvolvimento de cursos de capacitação em construção civil, visto que muitas famílias já construíram suas casas com ajuda de amigos e parentes.

A metodologia trabalhada é de caráter participativo, e o arquiteto deve priorizar a escuta ao cliente.

As visitas devem ser feitas de maneira espontânea, com um comprometimento tanto do arquiteto quanto da família, as partes devem estar em constante comunicação e sintonia para que o projeto funcione de maneira harmoniosa e ninguém se sinta oprimido ou envergonhado para opinar ou questionar.

Além disso, é de grande importância que a família atendida saiba desde o princípio que irá arcar com todos os custos da obra, com exceção do arquiteto, e este deve saber quanto a família está disposta ou pode gastar.

O processo contará com três agentes principais, a prefeitura, a família e o arquiteto e pode ser desenvolvido por escritórios convencionais ou contratados por prefeitura, arquitetos da prefeitura, escritórios modelos vinculados a universidades ou instituições que prestam serviços na área da construção civil, sob supervisão de um arquiteto.

O processo começa com a seleção das famílias, que acontecerá pela prefeitura, que encaminhará ao arquiteto.

Durante o primeiro contato com a família, o arquiteto tenta conhecê-la, saber a rotina dos moradores, quem e quantos são. O arquiteto deve acima de qualquer coisa, ouvir a família. Ao final dessa conversa, ele deve passar segurança e disponibilidade aos moradores.

Durante a primeira conversa, o arquiteto tem noção dos desejos da família. Como tarefa para um segundo encontro, sugere-se que peça aos moradores que apresentem ideias, desenhos ou fotos, sugestões de todos são bem vindas.

Os encontros devem acontecer preferencialmente na casa da família, além disso, é indicado que o arquiteto deixe um contato para que a família o procure quando julgar necessário.

Quadro 3. Roteiro para o primeiro encontro entre o arquiteto e a família

PRIMEIRO ENCONTRO	
Local: preferencialmente na casa dos moradores	
Objetivo do encontro: primeiro contato entre os agentes	
ARQUITETO	FAMÍLIA
Definir o perfil da família trabalhada; escutar a família de forma atenta; tentar conhecer a família; passar à família segurança e disponibilidade; solicitar aos moradores para que apresentem ideias	Como uma tarefa para o próximo encontro apresentem ideias, desenhos e sugestões
Prazo para acontecimento do próximo encontro: 1 semana	

Fonte: Autora

No segundo encontro, a família deve apresentar os desenhos desenvolvidos, e o arquiteto deve mostrar um programa básico que ele desenvolveu a partir da primeira conversa.

Depois da apresentação, o arquiteto deve perguntar à família, se eles estão de acordo, se aquelas são as reais necessidades, se está faltando alguma coisa, se tem coisas além do esperado. É muito importante que a família entenda tudo o que foi apresentado, e digam se concordam ou não.

Depois que a apresentação das ideias, desenhos e sugestões da família fique claro para o arquiteto e o programa de necessidades fique claro para a família, o arquiteto passa para o levantamento, que consiste na medição dos cômodos da casa, de mobiliário e outros aspectos necessários.

Durante o processo de levantamento, a família deve ajudar, com fotografias e medições. O arquiteto deve desenhar todas as informações que forem relevantes ao desenvolvimento do projeto.

Quadro 4. Segundo encontro

SEGUNDO ENCONTRO	
Local: preferencialmente na casa dos moradores	
Objetivo do encontro: apresentação das primeiras ideias dos agentes envolvidos e levantamento	
FAMÍLIA	ARQUITETO
Apresentar as ideias, sugestões e desenhos desenvolvidos	<p>•</p> <p>Apresentar um programa básico de necessidades a partir da percepção do primeiro encontro</p>
Depois que o arquiteto apresentar o programa de necessidades, ele deve conversar com a família para que não haja dúvidas a respeito dos desenhos apresentados pela família nem do programa de necessidades apresentado pelo arquiteto	
Quando todas as dúvidas forem sanadas, o arquiteto deve passar para o levantamento, onde toda ajuda da família é bem vinda, como para fotografias e medições	
Prazo para acontecimento do próximo encontro: que não ultrapasse 2 semanas	

Fonte: Autora

Se tudo ficar resolvido, o arquiteto passa para a fase de desenvolvimento do projeto. Ele deve tomar cuidado com o tempo, pois a demora pode acarretar na desistência da família. Previsão máxima dessa etapa é de duas semanas.

O arquiteto deve mostrar à família todas as ideias que tiver, da forma que julgar ser de mais fácil entendimento, seja por croquis desenvolvidos à mão ou digitalmente.

Se os moradores não estiverem satisfeitos com as soluções apresentadas, o arquiteto deve esclarecer ou questionar. O mais provável é que ainda haja questões a serem decididas, e precisem de mais reuniões para ficarem claras e fechadas.

Quadro 5 - Resumo do terceiro encontro

TERCEIRO ENCONTRO
Local: preferencialmente na casa dos moradores
Objetivo do encontro: apresentação das ideias do arquiteto
Depois de unir as vontades dos cliente com o programa de necessidades desenvolvido, o arquiteto passa para a fase de desenvolvimento do projeto. Para apresentação à família, o arquiteto deve mostrar todos os desenhos do processo, como ele pensou em cada solução, cada detalhe
Provavelmente as famílias terão dúvidas, e é papel do arquiteto tentar da melhor forma possível esclarecê-las. Caso haja necessidade de outros encontros, o processo desse encontro deve se repetir
Representação dos desenhos: da forma que o arquiteto julgar ser a melhor, e de mais fácil atendimento para família
Prazo para acontecimento do próximo encontro: 1 semana quando houver a necessidade de alterações

Fonte: Autora

Depois de fechadas todas as questões, o arquiteto começará a produzir um caderno de processo para as famílias e para quem for executar a obra.

Os desenhos e representações do caderno devem conter informações precisas, de fácil entendimento, sem muitas simbologias e representações técnicas, salvos os casos em que haverá aprovação do projeto pela prefeitura. Recomenda-se também o uso de cores e legendas para facilitar o entendimento.

No caderno de processos deve conter informações que possam auxiliar a obra, nele também pode ter um passo a passo, com a ordem do que deve ser realizado.

Quando o caderno já estiver pronto, deve haver uma conversa entre família, arquiteto e quem for executar a obra. Essa conversa visa minimizar hierarquias e ter os trabalhadores como aliados (NOGUEIRA, 2010).

Quadro 6 - Quarto encontro

QUARTO ENCONTRO
Local: preferencialmente na casa dos moradores
Objetivo do encontro: montagem do caderno de processo
Em parceria com a família, o arquiteto deve desenvolver um caderno de processo para a execução da obra, nesse caderno deverão estar informações pertinentes a execução, todas as informações devem aparecer de forma clara tanto para os moradores quanto a quem vai executar a obra
Se ainda houver dúvidas, e é papel do arquiteto tentar da melhor forma possível esclarecê-las. Caso haja necessidade de outros encontros, com novas propostas o processo desse encontro deve se repetir
Prazo para acontecimento do próximo encontro: 1 semana quando houver a necessidade de alterações, se não houver dúvidas ou alterações necessárias passa-se para a execução da obra

Fonte: Autora

Passa-se para a fase de execução da obra, durante esse processo há participação da família em escolhas que ficaram pendentes, como cores e revestimentos, se necessários.

O arquiteto deve combinar com a família a frequência de visitas à obra, devem sempre conversar e conferirem se está tudo de acordo com o esperado, e se ainda há alguma dúvida.

Essa não é, nem tenta ser a melhor, mais perfeita e engessada proposta para se trabalhar com famílias de baixa renda, porém acredita-se que pode ser um instrumento de grande eficácia e utilidade.

5 CONCLUSÃO

Chegou-se a conclusão da necessidade de uma metodologia específica para o trabalho com famílias de baixa renda, pois as práticas de arquitetura que são desenvolvidas por escritórios convencionais não atendem esse público de maneira satisfatória.

Todas as conquistas no âmbito das políticas habitacionais foram resultado de um longo processo, principalmente de conscientização da necessidade de políticas voltadas para o atendimento de famílias de baixa renda.

Uma preocupação maior com a população de baixa renda contribui para que tenham acesso a um profissional que pode produzir um espaço confortável e funcional para que tenham acesso a uma moradia digna e de qualidade.

Com o desenvolvimento de uma metodologia mais participativa e diferenciada, acredita-se na contribuição, mesmo que pequena, para uma sociedade melhor.

Sugere-se para trabalhos futuros relacionados ao tema, a aplicação da metodologia desenvolvida para comprovação de sua eficácia.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 13531**. Elaboração de projetos de edificações - Atividades Técnicas. 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/mConstituicao.htm> Acesso em: 26 de fev. de 2015.

BRASIL. **Lei n.º 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei n.º 11.124, de 16 de julho de 2005. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm> Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010**. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal CAUs; e dá outras providências. Brasília. DF. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/L12378.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CUNHA, E. M. P.; ARRUDA, Â. M. V. de; MEDEIROS, Y. **Experiências em habitação de interesse social no Brasil**. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília. 2007. 219p.

FERREIRA, A. R., **Programas de combate ao déficit habitacional brasileiro**. 2009. 72p. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25348/000737944.pdf>> Acesso em: 26 de fev. de 2015.

FERREIRA, J. S. W. **POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL PÓS BNH**. Concurso Livre Concurso Livre-Docência Docência – Prova Didática. [s.a.]. 51 slides. Disponível em <http://www.escoladegoverno.org.br/attachments/3343_LD_provadid.pdf>. Acesso em: 20 de jun. de 2016.

Instituto de Arquitetos do Brasil. **Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social**. Disponível em: <<http://www.abconline.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Manual-para-implantacao-da-Assistencia-Tecnica-Publica-e-Gratuiata.pdf>> Acesso em: 20 de jun. de 2016.

NOGUEIRA, P. S. **Práticas de Arquitetura para demandas populares - A experiência dos Arquitetos da Família**. 2010. 186p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.